

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

***SOLUÇÃO DE VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIDORES
CORPORATIVOS***

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de solução de virtualização de servidores corporativos, com suporte técnico e repasse de conhecimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Relação Demanda x Necessidade

LOTE	Item	Demanda prevista	Unidade	Necessidade atual	Aquisição futura	Quantidade registrada
1	1	Licença VMware vSphere 5 Enterprise Plus	Unid.	12	08	20
	2	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vSphere Enterprise Plus (12 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Unid.	12	08	20
2	3	Licença VMware vCenter Server 5 standard	Unid.	02	02	04
	4	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vCenter Server Standard (12 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Unid.	02	02	04
3	5	Licença VMware vCenter Site Recovery Manager 5 Enterprise	Unid.	0	03	03
	6	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise (12 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Unid.	0	03	03
	7	Repasse de conhecimento de VMware	Unid.	1	0	1

2.2. Motivação

2.2.1. O TRE-TO possui um ambiente de servidores corporativos instalado fisicamente em uma sala segura, este ambiente tem a finalidade de prover serviços de Tecnologia da Informação para os colaboradores da Justiça Eleitoral e cidadãos tocaninenses.

2.2.2. Atualmente este ambiente de servidores corporativos encontra-se totalmente virtualizado, utilizamos software de virtualização para simular um equipamento real.

2.2.3. A virtualização de servidores corporativos apresenta inúmeras vantagens em relação ao ambiente tradicional. Na forma tradicional é instalado o Sistema Operacional diretamente no equipamento. No ambiente virtualizado possuímos a independência do hardware, permitindo a movimentação do Sistema Operacional em tempo real para qualquer equipamento, sem a interrupção do serviço em funcionamento.

2.2.4. O ambiente virtualizado permite ainda multiplicação rápida dos servidores virtuais, copia do estado real da configuração do sistema operacional e o mais eficiente uso dos equipamentos, com distribuição dinâmica dos recursos aos serviços de TIC.

2.2.5. Esta distribuição dinâmica possibilita o uso eficiente dos recursos de hardware e como consequência a maior eficiência energética.

2.2.6. A virtualização de servidores é uma prática consolidada, largamente utilizada e atualmente recomendada pelos fabricantes de equipamentos, fornecedores de tecnologias e sistemas, como também Órgãos Governamentais.

2.2.7. É primordial seguirmos a tendência dos principais Órgãos Governamentais da Administração Pública Federal Brasileira, podemos citar o Tribunal Superior Eleitoral, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, dentre outros que usam a virtualização como padrão nos seus servidores corporativos.

2.2.8. Em 2010 o TRE-TO, por intermédio da Seção de Gestão de Infraestrutura - SEGIT, adquiriu solução de virtualização com suporte e atualização por 3 anos, utilizando nos últimos anos a solução Redhat Enterprise Virtualization - RHEV, tendo seu suporte e licenças vencidas em fevereiro deste ano.

2.2.9. Este sistema está implantado atualmente e vem sendo plenamente usado desde 2010, mas apresenta restrições de funcionalidades e sérias deficiências na garantia da disponibilidade e continuidade dos serviços, apresentadas sistemicamente nos últimos anos.

2.2.10. Então, considerando a necessidade de manter o ambiente de servidores corporativos virtualizado, o fato de não possuírmos mais direito de atualizações e suporte ativos do atual sistema em uso, a necessidade de aprimoramento do sistema em uso e a criticidade deste ambiente, faz-se necessária a aquisição de nova solução de virtualização de servidores corporativos para atender a demanda da Justiça Eleitoral do Tocantins.

2.3. Resultados a Serem Alcançados com a Contratação

2.3.1. Manter a disponibilidade dos serviços definidos como essenciais

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Descrição

3.1.1. Solução de virtualização de servidores corporativos, com suporte técnico e repasse de conhecimento.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Requisitos da solução

4.1.1. LICENÇAS VMWARE ENTERPRISE PLUS

4.1.1.1. Aquisição de licenças de uso de software de sistema de virtualização VMware vSphere Enterprise Plus, em sua versão mais recente.

4.1.2. DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS – VMWare Basic Support & Subscription Service

4.1.2.1. Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware Enterprise Plus pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

4.1.2.2. Define-se atualização de versão como direito para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vSphere 5 Enterprise Plus, tradicionalmente disponibilizadas por meio de download a partir do sítio na Web da VMware;

4.1.2.3. Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

4.1.2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Palmas-TO;

4.1.2.5. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

4.1.2.6. Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

4.1.2.7. O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

4.1.2.8. O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

4.1.2.9. Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília-DF em dias úteis;

4.1.2.10. O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TRE-TO;

4.1.2.11. O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

4.1.2.12. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

4.1.3. LICENÇA VMware vCenter SERVER STANDARD

4.1.3.1. Aquisição de licença de uso de software VMware vCenter Server Standard em sua versão mais recente.

4.1.4. DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA VMware vCenter SERVER STANDARD – VMWare Basic Support & Subscription Service

4.1.4.1. Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware vCenter Server Standard pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

4.1.4.2. Definem-se direitos de atualização de versão como direitos para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vCenter Server Standard, tradicionalmente disponibilizadas através de download a partir do sítio na Web da VMware.

4.1.4.3. Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

4.1.4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Brasília-DF;

4.1.4.5. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

4.1.4.6. Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com

	restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

4.1.4.7. O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

4.1.4.8. O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

4.1.4.9. Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília-DF de dias úteis;

4.1.4.10. O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TCU;

4.1.4.11. O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

4.1.4.12. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

4.1.5. LICENÇAS VMware vCenter SITE RECOVERY MANAGER Enterprise

4.1.5.1. Aquisição de licenças de uso de software VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise em sua versão mais recente.

4.1.5.2. Cada licença deve permitir o gerenciamento de 25 (vinte e cinco) máquinas virtuais.

4.1.5.3. Não deve haver limite de dimensionamento (número máximo de VMs protegidas), sendo o valor máximo de máquinas virtuais gerenciadas limitadas apenas pela quantidade de licenças adquiridas.

4.1.6. DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA VMware vCenter SITE RECOVERY MANAGER Enterprise STANDARD – VMWare Basic Support & Subscription Service

4.1.6.1. Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

4.1.6.2. Definem-se direitos de atualização de versão como direitos para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor

releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vCenter Site Recovery Manager Enterprise, tradicionalmente disponibilizadas através de download a partir do sítio na Web da VMware.

4.1.6.3. Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

4.1.6.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Palmas-TO;

4.1.6.5. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

4.1.6.6. Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

4.1.6.7. O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

4.1.6.8. O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

4.1.6.9. Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília-DF de dias úteis;

4.1.6.10. O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TRE;

4.1.6.11. O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

4.1.6.12. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

4.1.7. REPASSE DE CONHECIMENTO

4.1.7.1. O presente repasse de conhecimento referente às soluções VMware, deverá obrigatoriamente:

- a) Fazer parte do currículo oficial atual do fabricante da solução;
- b) Possuir carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- c) Possuir carga horária diária de 8 (oito) horas;
- d) Cobrir conhecimentos necessários para administração, configuração, otimização, resolução de problemas (troubleshooting) e utilização da solução;
- e) Incluir a realização de laboratórios práticos;
- f) Disponibilizar, para todos os participantes, material impresso ou em meio digital, original do fabricante, atualizado e de primeiro uso, em português ou inglês;
- g) Disponibilizar certificados de conclusão para todos os participantes;
- h) Ser ministrado por instrutor certificado pelo fabricante;
- i) Ser ministrado para 03 (três) servidores;
- j) Ser ministrado em centro oficial do fabricante;
- k) Ser concluído em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- l) Ser aprovado por pelo menos 2 (dois) dos participantes do treinamento. Caso o treinamento seja considerado inadequado, a CONTRATADA deverá realizar novamente o serviço, às suas expensas, após realizar os ajustes necessários no material didático ou selecionar novo instrutor. Ocorrendo 2 (duas) rejeições do treinamento, a Administração poderá rescindir o contrato por inexecução.

5. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Papéis e Responsabilidades

5.1.1. O contrato será gerido por comissão especialmente designada, composta de servidores da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura - área demandante; servidores da Seção de Gestão da Infraestrutura Tecnológica - área técnica e da Secretaria de Administração e Orçamento - área administrativa, que serão respectivamente fiscal demandante, fiscal técnico e fiscal administrativo.

5.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRADADA

5.2.1. Fornecer os produtos e serviços no prazo e demais condições estipuladas neste termo, no edital da Licitação e na proposta;

5.2.2. entregar os produtos no prazo máximo estipulado neste termo;

- 5.2.3. Se constatada qualquer irregularidade nos produtos, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
- 5.2.4. estando em mora o Contratado, o prazo para substituição dos produtos, de que trata a alínea anterior, não interromperá a multa por atraso prevista no instrumento contratual;
- 5.2.5. em caso de substituição de produto, conforme previsto no item 5.2.3, correrão por conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto;
- 5.2.6. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-TO;
- 5.2.7. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 5.2.8. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 5.2.9. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 5.2.10. responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 5.2.11. respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

5.3. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.3.1. promover o acompanhamento e a fiscalização dos produtos e serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- 5.3.2. recusar, a critério da fiscalização, qualquer bem ou serviço fornecido ou executado fora das condições contratuais;
- 5.3.3. receber os bens e serviços na forma descrita neste Termo de Referência;
- 5.3.4. prestar as informações, recomendações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 5.3.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.4. Formas de Acompanhamento do Contrato

- 5.4.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por comissão especialmente designada, composta de servidores da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura - área demandante; servidores da Seção de Gestão da Infraestrutura Tecnológica - área técnica e da Secretaria de Administração e Orçamento - área administrativa, que serão respectivamente fiscal técnico, fiscal demandante e fiscal administrativo.

5.4.2. A comissão especialmente designada pela Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à gestão do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

5.4.3. As relações mantidas entre o TRE/TO e a CONTRADADA, serão intermediadas pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

5.4.4. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela CONTRATADA, que não atendam às condições contratuais e a especificação técnica, cabendo à CONTRATADA refazer os serviços e/ou produtos rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

5.4.5. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

5.5. Prazos e Condições

5.5.1. A Licitante vencedora deverá entregar as licenças, descritas nos itens 1, 3 e 5 da tabela do item 2.1 deste Termo, em até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da nota de empenho.

5.5.2. As licenças deverão ser entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste TRE, no endereço: Quadra 103 Norte, Avenida LO 02, Número 53, Plano Diretor Norte, Palmas-TO, no horário das 12h às 19h;

5.5.3. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, no caso dos serviços descritos nos itens 2, 4 e 6 da tabela do item 2.1 deste Termo, ser prorrogado nos termos da lei.

5.6. Condições para Pagamento

5.6.1. O CONTRATANTE será efetuado em moeda corrente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pelo gestor do contrato;

5.6.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA;

5.6.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.6.4. Os serviços relativos aos itens 2, 4 e 6 da tabela do item 2.1 deste Termo, que tratam do direito de atualização de versão e suporte técnico remoto, serão prestados pelo período de 12 (doze) meses, a contar do aceite dos itens 1, 3 e 5 da referida tabela, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses;

5.6.5. O Item 7 da tabela do item 2.1 deste Termo, que trata do repasse do conhecimento, deverá ser agendado com o TRE-TO e concluído em até 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do contrato;

5.6.6. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

5.7. Aceite, Alteração e Cancelamento

5.7.1. Condições de aceite

- a) A verificação técnica e o recebimento definitivo dos produtos e serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento provisório dos produtos;
- b) O recebimento definitivo dos produtos será efetuado por técnicos designados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura – CSI.

5.7.2. Condições de alteração

- a) O contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

5.7.3. Condições de cancelamento

5.7.3.1. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão o contrato:

- a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE.

5.7.4. Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução do contrato não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

5.7.5. Ao CONTRATANTE é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/1993.

5.8. Garantia de execução do contrato

5.8.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, sob pena de ter o contrato rescindido e penalidades cabíveis, garantia contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades descritas no §1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993.

5.8.2. Em se tratando de caução em dinheiro, deverá a contratada comprovar junto à SADOR, o depósito em caderneta de poupança em favor do TRE-TO.

5.8.3. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-TO.

- 5.8.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.
- 5.8.5. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 5.8.4.
- 5.8.6. No caso da garantia ser prestada por meio de fiança bancária ou de seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada, na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste capítulo, devidamente reajustado.
- 5.8.7. No caso de acréscimo, supressões e eventuais repactuações, é condição preliminar, a adequação da garantia legal prestada.
- 5.8.8. Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.
- 5.8.9. Se o valor da garantia vier a ser utilizada nas situações referidas no item 5.8.4, a contratada se obriga a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal.
- 5.8.10. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a execução do contrato.
- 5.8.10.1. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;
 - 5.8.10.2. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o término da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.
 - 5.8.10.3. Deverá constar expressamente na garantia, que caso seja necessário o pagamento de verbas trabalhistas, a instituição garantidora atenderá o disposto no item 5.8.10.2.
- 5.8.11. A vigência da garantia apresentada deverá ser superior em pelo menos 3 (três) meses a vigência do contrato

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. Para esta aquisição será utilizado os recursos da proposta orçamentária de 2014, Manutenção Geral, Unidade administrativa Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura.

7. SANÇÕES APLICÁVEIS

- 7.1. Atraso injustificado para o fornecimento dos produtos e ou início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:
- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
 - b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,7%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.
- 7.2. Pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, o TRE/TO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções:
- 7.2.1. Advertência escrita;
 - 7.2.2. Multas:
 - c) de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor do fornecimento com atraso, quando a empresa vencedora, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro e, decorridos 20 (vinte) dias de atraso, o TRE/TO poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea "b";
 - d) de 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento com prestação de serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de vinte dias, estabelecido na alínea "a", e/ou quando o fornecimento e/ou serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada.
 - 7.2.3. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 7.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.
- 7.4. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste termo.
- 7.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste termo e das demais cominações legais.
- 7.6. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Qualificação Técnica

8.1.1. A licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante prestado serviços compatíveis com:

8.1.1.1. o fornecimento e suporte técnico para produtos VMware, para as empresas participantes dos lotes 1, 2 e 3;

8.1.1.2. a realização de treinamento oficial do fabricante VMware, para o item 7

Palmas, 11 de julho de 2014

Equipe de Planejamento da Contratação

FERNANDO JORGE
EBRAHIM LIMA E SILVA
SEGIT

**Integrante
Técnico**

VALDENIR BORGES
JUNIOR
CSI

**Integrante
Requisitante**

JOSÉ BARROSO DE
OLIVEIRA NETO
SECONT

**Integrante
Administrativo**